



# Anais da Assembléia

Nº 163

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

LEI N° 11.203

DATA: 16 de novembro de 1995

SÚMULA: Cria o Município de Guamaranga, desmembrado do Município de Imbituva, com área de terra conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado o Município de Guamaranga, desmembrado do Município de Imbituva, com as divisas a seguir especificadas:

"Começa na Barra do Rio dos Patos com o Rio Lageadão, rio acima até o Rio Alagado, subindo o Rio Alagado até o Rio Manduri, cruzando a BR-373, passando à direita da Igreja do Manduri, daí segue em linha reta passando por Queimadas, Barreiro e Mato Queimado, dividindo também com o Município de Prudentópolis, desce a Serra Passa Quatro até cair no Rio Pederneiras, rio abaixo até o Arroio do Tigre cruzando a BR-373, no KM 64,5, descendo até o Rio Bonito, até o Rio Lageadão, divisa com Ivaí, descendo até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.11.95

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1995**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezenove horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto

Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (53). Ausente o Senhor Deputado Antonio Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO N° 3454

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM, Preferência para votação dos itens 07 ao 13 da Ordem do Dia de (21/11), referente aos Projetos de Lei n°s 430, 431, 432, 433, 436, 437 e 442/95.

Sala das Sessões, em 21.11.95.

(aa) ALGACI TÚLIO  
VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO N° 3455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 430, 431, 432, 433, 436, 437 e 442/95. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento de Preferência de Votação, acima aprovado:

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 332.000.000,00 (trezentos e trinta e dois milhões de dólares norte-americanos) para implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - Paraná Urbano. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Em regime de urgência. (Publ. no D.A. nº 143, de 24.10.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 430/95

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a contratação de operações de crédito externo até o valor de trezentos e trinta e dois milhões de dólares para a implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - Paraná Urbano.

Chamada a analisar a presente proposição, esta Comissão de Constituição e Justiça se pronuncia pela sua aprovação na forma da Emenda Modificativa, que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

PROJETO DE LEI Nº 430/95  
EMENDA MODIFICATIVA

O art. 3º do Projeto de Lei nº 430/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Para garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos art. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, ou outras garantias em Direito admitidas."

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 430/95

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade au-

torizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo para a implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - Paraná Urbano.

A matéria foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda da C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

## Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Para Discutir) - Senhor Presidente, o projeto em questão trata de Mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador, que visa a contratação de um empréstimo junto a organismos estrangeiros, um é o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outro é uma instituição japonesa de crédito.

Esse projeto, na verdade, permite muito rapidamente pelas Comissões da Casa, e esteve aqui o Secretário Cássio Taniguchi, prestando esclarecimentos. Agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse projeto, que é o Paraná Urbano, não consta na Mensagem de Sua Excelência, o Governador; nem o relatório das obras e do plano de aplicação desses recursos a serem contratados. É verdade, é extremamente preocupante, porque, ressalvado uma leitura que se faça do orçamento para o exercício de 96, que pode não se realizar com a contratação desse empréstimo dos créditos e outras fontes que constam no orçamento e do Plano Plurianual, nós não temos detalhada a aplicação dos recursos a serem contratados.

Queria dizer a Vossa Excelência que me sinto suficientemente esclarecido para poder votar este projeto na forma como ele se encontra, encaminhado para votação nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É parcial o projeto.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, para registrar.

Gostaria de fazer uma solicitação a V. Exa. neste instante em que faço o encaminhamento para evitar nos demais.

Votamos hoje 4 projetos de empréstimos, Sr. Presidente, e votamos a sua constitucionalidade. É evidente que esta Casa terá que convir que é competência do Executivo encaminhar mensagem.

Portanto é constitucional e vota-se em segunda discussão a partir de amanhã pelo interstício. Gostaria de pedir a V. Exa. verbalmente, se possível, tenho um requerimento pronto, mas poderia ser verbalmente como um acordo com a Liderança do Governo, que não vota-se a partir de segunda votação, Sr. Presidente, preferencialmente um a um, esses projetos de empréstimos que são 4, preferencialmente, por exemplo, o "Paraná Urbano", o "Paraná 12 Meses" e na sequência os demais, para podermos - e aqui faço um apelo, Deputado Algaci Túlio, - no mesmo espírito esclarecermos detalhadamente.

Acho que afinal de contas, estamos encaminhando um pedido de autorização de empréstimo de quase um bilhão de reais, e essa Assembléia precisa discutir o assunto. Vai aprovar? Vai aprovar, tenho certeza que no final vai aprovar. O que queremos é discutir, eu por exemplo, Sr. Presidente, apenas para adiantar, porque não pretendo interferir nas votações dos outros projetos. Este cita um valor de empréstimo dos quais 83 milhões de reais, são de um Banco Japonês, esses 83 milhões de reais, são exatamente os 25% da contrapartida do Estado e se V. Exa. perceber nos próximos artigos da sequência do projeto, diz lá: que o valor do empréstimo menos os 83 mil é que será repassado para o FDE.

Portanto, os 83 milhões ficariam no Tesouro do Estado e seria obviamente a contrapartida do Estado. Então, que discutíssemos uma partida amanhã, Sr. Presidente, um a um os projetos porque tenho certeza que seriam exatamente para valorizar a participação desse Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendo em parte a solicitação de V. Exa., vamos fazer um negócio dois a dois.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, até entendo a posição do nobre Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, mas tivemos aqui na Assembléia a presença do Secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi, veio aqui no Plenarinho da Casa, fez uma série de explicações e, evidentemente, detalhou um por um dos projetos que hoje estamos votando.

Acho que podemos, após a votação em primeira discussão, sentarmos e chegarmos a um entendimento. Esta Liderança em momento algum quer atropelar as votações desta Casa e até reconhece que esta Casa, está agindo com muita cautela na verdade

na análise dos projetos, mas está também evidentemente se preocupando com o que pretende o Governo do Estado, implantar a partir do ano que vem, e é um fato que temos que também lembrar, que estamos já no final deste período legislativo e temos que nos preocupar, evidentemente, em terminar essas votações, aprovação desses Projetos, vem aí o orçamento, vem a Lei do IPVA e outras mensagens ainda, que poderão exigir até quem sabe uma convocação extraordinária.

Vamos começar a partir de amanhã, e tentarmos chegar a um entendimento.

Gostaria que todos hoje, evidentemente entendendo o espírito desses Projetos, entendendo da validade da importância de cada um, evidentemente acompanhassem a Bancada de apoio ao Governo na aprovação desses Projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai manter a decisão e para amanhã as Lideranças podem se entender, amanhã colocaremos dois e em outra mais dois.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Discutir)

Sr. Presidente, tem validade sobretudo, a colocação do Deputado Caíto Quintana, e tem do Deputado Algaci Túlio do Governo, quando diz que o Secretário do Planejamento esteve nesta Casa, esteve, passou as informações possíveis naquela oportunidade, mas se perguntar a cada um dos Deputados presentes naquela reunião, ou mesmo aqui, quais são os recursos destinados a que ação, a que projeto, não sabemos. E assim votando estaríamos votando no escuro, não estaríamos dando com certeza o respaldo que esta Casa deveria dar à tomada de empréstimo de quase um milhão de reais.

Evidentemente, que nós, Deputado Algaci Túlio, esta Casa votará, mas ela precisa votar com conhecimento, ela precisa votar com condições de ir lá na base, onde quer que seja, saber explicar porque votou aonde é que serão empregados esses recursos públicos, é tomada de recursos com certeza, o Governo nos próximos quatro anos não fará ou não terá capacidade para tomar um empréstimo nesta ordem.

Daí esta Casa conhecer por "cilingramas" aonde serão aplicados os recursos, daí corroborar com a colocação do Deputado Caíto Quintana e com a sua atenção, no sentido de prorrogar, queria abrir mais espaço para que possamos junto à Secretaria de Planejamento e junto à Liderança do Governo conhecer melhor aonde serão aplicados esses recursos, de que forma retornarão e de que forma virão a beneficiar os Municípios hoje extremamente endividados.

Muito obrigado,

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do Projeto de Lei n° 430/95.  
Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria que V. Exa. registrasse meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 431/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 059/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para financiamento do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 24.10.95, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 431/95

## P A R E C E R:

A presente mensagem governamental, tem por objetivo autorizar a contratar operações de crédito externo até o valor de cento e cinquenta milhões de dólares americanos junto ao BID, para financiamento do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, conclui nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, conforme emenda modificativa que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 431/95

O Art. 2° do Projeto de Lei n° 431/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - Para a garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, ou outras garantias em direito admitidas."

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 431/95

## P A R E C E R:

De iniciativa do Executivo Estadual, o projeto de lei em questão, tem por finalidade obter autorização para contratar operação de crédito externo junto ao BID, até o valor de cento e cinquenta milhões de dólares americanos, com o objetivo de financiar parte do Projeto de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná.

Reunida para análise do projeto de lei em pauta, esta Comissão houve por bem solicitar a presença do Secretário de Planejamento, Dr. Cassio Taniguchi para a explicação de alguns pontos levantados.

Atendendo o convite, o Senhor Secretário apresentou de forma elucidativa os esclarecimentos necessários.

Concluindo, opinamos pela sua aprovação, sendo pois o nosso parecer favorável, com a inclusão da emenda apresentada pela CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ALBANOR GOMES - Relator

1ª Discussão do Projeto de Lei n° 431/95. Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria que Vossa Excelência registrasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 432/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 060/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento de parte do Projeto 12 meses, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 432/95

## P A R E C E R:

A presente mensagem, advinda do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a contratar operações de crédito externo,

até o valor de duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos, junto ao BIRD, para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 meses.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, conclui que o plano de lei consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, uma vez que os recursos obtidos serão aplicados no mencionado projeto de fundamental importância para a comunidade.

Diante do exposto, somos favoráveis, opinando-se pela sua aprovação, conforme emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 432/95

O art. 2° do Projeto de Lei n° 432/95, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2° - Para a garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, ou outras garantias em direito admitidas."

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 432/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental n° 060/95 visa autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 meses, conforme específica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após análise da matéria, apresentou Emenda Modificativa ao Projeto com o objetivo de adequar tecnicamente o texto, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (em anexo).

Esta Comissão, após análise do presente projeto de lei, manifesta-se favoravelmente à sua normal tramitação nesta Casa de Leis, condicionando a inclusão da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Cumprindo desta forma o disposto no artigo 33, parágrafo 3°, do egrégio Regimento Interno deste Parlamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

1ª Discussão do Projeto de Lei n° 432/95. Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria que Vossa Excelência considerasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 061/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto à "The Overseas Economic Corporation Fund of Japan", para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95, Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 433/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a contratação de operações de crédito externo até o valor de duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos, junto à OECF, para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, verificou nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, conforme emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 433/95

O art. 2° do Projeto de Lei n° 433/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - Para a garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição



Federal, ou outras garantias em Direito admitidas".

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 433/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, oriundo de Mensagem Governamental n° 61/95, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), junto a "The Overseas Economic Corporation Fund of Japan", para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná, conforme especifica.

Tendo sido submetido à douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta comissão, não vislumbramos nenhum óbice quanto à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável ao presente projeto de lei, com emenda apresentada pela C.C.J..

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhar a votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, na verdade este projeto é, na minha avaliação, cabeludo. Este projeto é a contratação, e que a contratação, Deputado Rossoni, do empréstimo de duzentos, da autorização, porque até acho que este Banco japonês não vai emprestar isso, mas em todo o caso, de 250 milhões de dólares americanos, para o programa de saneamento ambiental no Paraná.

Um dos projetos, Deputado Alborghetti, é o que visa fazer um canal navegável que vai ligar Matinhos a Pontal do Sul, no valor de 55 milhões de reais. Inclusive, queria saber o que vão fazer com o Oceano Atlântico que está logo ali na frente.

Agora, não acredito que esta Casa possa votar este projeto, que é de recuperação de imagens de rodovia, paisagismo, feitura de uma floresta de araucárias e postos de incêndio, enfim, na verdade, é um programa, é um projeto altamente questionável, e que olha, Senhores Deputados, é de se, de fato, ter um profundo esclarecimento sobre aplicação de 250 milhões de dólares.

Então, queria, na verdade, pedir Excelência, que este Projeto fosse até retirado de pauta, pela complexidade que ele possui, diferente até dos outros, que não me sinto suficientemente esclarecido, mas deste que seguramente é um projeto extremamente polêmico.

O Sr. Algaci Túlio (Para Encaminhar) -

Acho que o Deputado Romanelli foi muito feliz, quando falou que é um projeto cabeludo, que só poderia realmente caber a Vossa Excelência, Senhor Presidente, este projeto de suma importância, especialmente para a Região Metropolitana, Deputado Romanelli, porque vamos construir uma sequência muito grande de estações de tratamento de esgoto, redes coletoras de esgoto, de três estações levatórias, aumentar a rede de serviço de esgoto, construção de 1191 quilômetros de rede coletora de esgoto, vai cobrir 87% da população. Da região do litoral é para expansão dos serviços já existentes naquela região, e começadas, por sinal, no Governo anterior, e queremos concluir aquelas obras, Vossa Excelência parece não que não quer deixar que isso aconteça. Infra-estrutura proposta para disposição de resíduos agrotóxicos.

Teria aqui, ainda mais algumas informações: construção de duas barragens, de Rio Pequeno e Piraquara-II, construção de sete estações de tratamento de 122 m<sup>3</sup> de reservação, 112 quilômetros de adutoras, 2.188 quilômetros de rede de distribuição, 109 mil ligações prediais, 23 estações de tratamento de esgoto, 1860 quilômetros de rede coletora, 87 mil ligações prediais, construção de 62 centros de coleta de resíduos agrotóxicos, construção de uma unidade central de processamento piloto.

E vai aí por diante, Senhor Presidente. Esta, realmente é a intenção deste projeto, deste investimento que faz o Governo do Estado, na área do saneamento ambiental no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Só queria dizer o seguinte, veja como é grave: li o plano plurianual e li os programas que o Governo tem para os próximos quatro anos. Algumas dessas obras que o Deputado Algaci Túlio relatou, constam do plano plurianual do Programa "Paraná mais Saneamento".

Ocorre, Excelência, que não há ligação no projeto que estamos votando aqui nesta Casa.

Deputado Alborghetti, duvido, só se Vossa Excelência for um iluminado, aliás que o é, mas que tenha recebido uma comunicação, como recebeu o Deputado Algaci Túlio, esta Casa não tem o conhecimento da aplicação, do plano de aplicação desse empréstimo de duzentos e cinquenta milhões

de dólares, além do Deputado Algaci Túlio, meu Deus do céu, aliás, ou então, temos alguns Deputados nesta Casa que são privilegiados de ter uma informação desta natureza, e nós, os outros, temos que votar aqui assinando embaixo esse pedido de empréstimos sem saber o que estamos votando.

Ora, meu Deus do céu, o Deputado Algaci Túlio está votando porque tem em mãos o plano de aplicação. Eu não tenho, como não tem, tenho certeza, tenho convicção, a maioria dos Senhores Deputados e a Senhora Deputada, aqui nesta Casa.

Queria que Vossa Excelência registrasse o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, só gostaria de registrar o meu voto, de acordo com o Deputado Romanelli, o dinheiro vai ficar só na Capital, esqueceram do interior. Então, concordo com o Deputado Romanelli, e gostaria que ficasse registrado o meu voto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar) - A

Bancada do PT também gostaria de registrar o voto contrário ao encaminhamento feito pelo Deputado Algaci Túlio, porque as argumentações do Deputado Romanelli são absolutamente procedentes.

Não se trata de ser contra um projeto de saneamento ambiental no Estado do Paraná, e nem ser contra ao valor do empréstimo, porque a forma como está sendo concedido este empréstimo, é a forma de pagamento no que diz respeito a capacidade do Estado em se endividar. Estamos perfeitamente de acordo.

No entanto, o prévio conhecimento de como serem aplicados esses recursos, em quais projetos, acho que era necessário esclarecer ao conjunto da Assembleia. Nesse sentido, acompanhamos o voto do Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/95, que transforma no Quadro Próprio do Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP - 100, classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo grupo, classe "D", nível de vencimento 4. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 24.10.95 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 436/95

PARECER:

Iniciativa do Poder Executivo, o projeto de lei em tela "transforma, no Quadro Próprio do Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP-100, Classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo grupo, Classe "D", nível de vencimento 4".

Justifica a Mensagem Governamental que o plano de lei "virá ensejar condições legais com vistas à realização de concurso público para provimento de cargos do Quadro Próprio do Magistério, bem como atender necessidades de acréscimo de professores".

Trata-se de matéria da iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme dispõe o art. 66, I, da Constituição do Estado e o reforça o art. 87, VI, ao preceituar que compete privativamente ao Governador "dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei".

No que respeita à legalidade e constitucionalidade, tem o projeto de lei condições de seguir seu trâmite regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 436/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade transformar, no Quadro Próprio do Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional professor MPP-100, Classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo grupo, Classe "D", nível de vencimento 4.

A matéria já foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator, ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/95, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, área edificada, conforme específica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE**



URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 437/95  
MENSAGEM N° 065/95 PODER EXECUTIVO

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 437/95, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 065/95, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, área edificada, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e juricidade do mesmo, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 442/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 070/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 3.903.392,00 (três milhões, novecentos e três mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme especifica, ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 143, de 24 de 10.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 442/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 3.903.392,00, ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

O recurso necessário é proveniente de cancelamento de dotações.

Analisando aspectos constitucionais, legais e regimentais, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 442/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 070/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.903.392,00 (três milhões, novecentos e três mil, trezentos e noventa e dois reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Jus-

tiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, objetivando dotar de recursos para a viabilização do Projeto "Reformulação do Sistema de Fornecimento de Alimentação para as Unidades Penais".

Sobre a matéria existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento que o da Comissão supracitada, emitindo assim, parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão. Em votação. Aprovado.

Primeira discussão do Projeto de Lei n° 442/95. Em discussão.

Para encaminhar a votação, Deputado

José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES, - Excelência, nobres Colegas, nobre Deputado Algaci Túlio.

Apenas se tratando de uma matéria ligada à Secretaria da Justiça, gostaria de dar aqui algumas informações e ao mesmo tempo fazer um apelo ao Deputado Algaci Túlio, no sentido de que observe o que está se autorizando, nesta abertura de crédito suplementar que o Governador do Estado pede.

Gostaria de chamar a atenção do Deputado Edgard Bueno, para o que vou falar aqui, porque envolve também o interesse ligado a Cascavel, que é o seguinte: este projeto, este pedido de abertura de crédito suplementar que o Governador manda a esta Casa, de quase quatro milhões de reais, visa cancelar algumas dotações do atual Orçamento que aprovamos, e transferir para uma outra dotação, que é um programa de alimentação do Sistema Penitenciário. Acho perfeitamente normal, natural e até compreensível que isso aconteça, dado o fato de que o item alimentação, do Sistema Penitenciário é sem dúvida alguma, um dos que mais consome recursos da Secretaria da Justiça.

Mas, é importante também Deputado Algaci Túlio e Deputado Edgard Bueno - que observemos o que estamos cancelando no atual Orçamento. Estamos cancelando recursos para assistência jurídica aos carentes, aos necessitados. Estamos cancelando também recursos para a construção da sede da Defensoria Pública, que é o órgão, que é a instituição que executa este programa de assistência jurídica aos carentes e aos necessitados. E estamos também cancelando - Deputado Edgard Bueno - recursos para a construção da Penitenciária Estadual de

Cascavel.

Então, seria importante que nós, ao autorizarmos o cancelamento de três recursos, dessas três fontes, soubéssemos que é importante, é indispensável que neste momento - e me dirijo ao Deputado Algaci Túlio - agora, que estamos analisando o Orçamento para o ano que vem, e tentássemos, dentro do possível, segurarmos recursos nestas dotações que aqui agora estamos analisando, se aprovarmos o projeto do Governador, cancelando. Para evitarmos que no ano que vem - que está tão próximo - não venhamos ter no Orçamento do Estado, dotações orçamentárias, rubricas orçamentárias, no mínimo, não importa o valor, para iniciarmos a discussão, quem sabe até de suplementação dessas rubricas no ano que vem, para assistirmos dentro do âmbito da Secretaria da Justiça, o programa de assistência jurídica ao necessitados, a construção da Sede da Defensoria Pública que vai executar este programa, e sobretudo, dentro da visão de descentralização do Sistema Prisional do Paraná, que iniciamos no Governo Requião, construindo a Penitenciária de Londrina, construindo a de Maringá, que o Governador Lerner deverá inaugurá-la nos próximos meses, começarmos a construção da Penitenciária Estadual de Cascavel.

Eram essas as colocações que me cumpria fazer neste momento, mas sem dúvida, Deputado Algaci Túlio, voto favorável ao projeto, à Mensagem do Governador Jaime Lerner, apenas levantando estas questões, para refletirmos e analisarmos sobre elas com vistas ao Orçamento de 96, que estamos por analisar nos próximos dias aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar o projeto.

O SR. EDGARD BUENO - Senhor Presidente, eu gostaria de me manifestar quanto a questão da Penitenciária Indústria, que será construída em Cascavel e já está previsto há muitos anos, e me parece que agora a partir de 1996, será possível a construção desta Penitenciária Indústria ou Penitenciária Fábrica, aonde possam se fazer com que os presos, os presidiários, possam produzir, possam ser úteis na sociedade e úteis até mesmo às suas famílias.

Portanto, eu defendo aqui a construção deste Presídio Indústria ou Presídio Fábrica, que deverá acontecer na cidade de Cascavel para resolver um problema do Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao Projeto Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 062/95, que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 062/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É obrigatória a instalação de porta eletrônica individualizada e de câmeras de filmagem gravação e fotografia, nas agências e postos de serviços bancários e em todos os acessos destinados ao público.

§ 1º - A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

- a) equipada com detector de metais;
- b) travamento e retorno automático;
- c) abertura ou janela para entrega ao vigilante do metal detectado;
- d) vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45.

§ 2º - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre as empresas e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná.

Art. 2º - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta lei, ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - Advertência - Para a primeira atuação, devendo o banco ser notificado, para que efetue a regularização da pendência até 10 (dez) dias úteis;

II - Multa - Será aplicada multa de 10.000 (dez mil UFIR's por atraso de até trinta dias para a implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência, ou em caso de terceira advertência, no período de janeiro a dezembro;

III - Interdição - Dar-se-á interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias terminado o prazo, determinado no art. 3º desta bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após registrada decisão final.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, poderá representar junto

à Secretaria de Estado da Segurança Pública, o (os) infrator (es) desta lei, que em caso do item II fará encaminhar a infração à Receita Estadual que aplicará a sanção correspondente.

Art. 3º - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta lei, para instalação dos equipamentos exigidos no art. 1º desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 107/95, que estabelece normas de proteção e garantias das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras Providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 107/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

### CAPÍTULO I

#### das Disposições Gerais

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a Política Estadual de integração da pessoa portadora de deficiência e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, objetivando assegurar o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Art. 2º - Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que sofre limitação substancial em uma atividade importante da vida, por apresentar debilidade ou incapacidade mental, física, sensorial ou emocional, que faz sua sobrevivência normalmente difícil.

Art. 3º - O atendimento dos direitos da pessoa portadora de deficiência no âmbito Estadual, far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, profissionalismo, habilitação, reabilitação, trabalho, esporte, cultura, lazer, transporte, e outras asseguradas da plena integração social;

II - Políticas e programas de assistência social;

III - Serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - O Estado destinará recursos, e fornecerá amparo técnico às entidades devidamente registradas nos órgãos competentes e que prestem serviços de atendimento à pessoa portadora de deficiência e espaços públicos com equipamen-

tos adequados, sem barreiras arquitetônicas para programações educacionais, culturais, esportivas e de lazer, voltadas para pessoas portadoras de deficiências.

Art. 4º - O Estado obriga-se a realizar uma política de prevenção e tratamento, e de educação, habilitação, reabilitação e integração social das pessoas portadoras de deficiência, a desenvolver uma pedagogia que conscientize a sociedade dos direitos dessas pessoas e a assumir o encargo de efetiva realização de seus direitos, sem prejuízo da responsabilidade familiar ou de representantes legais (guardiões, tutores, curadores).

Art. 5º - A política de atendimento, educação, habilitação, reabilitação e integração social igualitária deverá proporcionar às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas de formação escolar e profissional e as oportunidades de trabalho e de convívio comunitário, que lhes permitam o pleno desenvolvimento da personalidade, através de:

I - Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;

II - Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismo;

III - Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas a educação, saúde, trabalho, a edificação pública, seguridade social, transporte, habilitação, cultura, esporte e lazer;

IV - Garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência com o objetivo de assegurar-lhe o direito de habilitação, reabilitação e integração social;

V - Apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;

VI - Criação de serviço especial destinado a desenvolver programas de atendimento e orientação à família da pessoa portadora de deficiência, objetivando plena convivência desta no meio familiar;

Art. 6º - Ao Estado compete fomentar e desenvolver a criação de estruturas adequadas, nomeadamente para educação, habilitação e reabilitação profissionais, que assegurem e acelerem a integração social das pessoas portadoras de deficiência;

## CAPÍTULO II

### Da Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 7º - Autoriza a criação da Assessoria Especial para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à Secretaria responsável pela execução da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência.

I - Compete à Assessoria Especial para Integração da pessoa Portadora de Deficiência oportunizar a execução da política estabelecida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

II - O cargo de Assessor Especial para integração da Pessoa Portadora de Deficiência será preenchido preferencialmente por membro da comunidade com relevantes serviços prestados na área da pessoa portadora de deficiência, de livre escolha pelo Governo do Estado.

### CAPÍTULO III

#### Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 8º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão consultivo, deliberativo e controlador das políticas voltadas a assegurar o atendimento adequado e direitos da pessoa portadora de deficiência, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política estadual de atendimento às pessoas portadoras de deficiência e composto dos seguintes membros.

I - O Assessor Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Administração;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e dos Assuntos da família;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ind.Com. Ensino Superior da Ciência e Tecnologia;

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico e Programa Estratégicos;

IX - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

X - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;

XI - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Esporte e Turismo;

XII - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Emprego e Relações do Trabalho;

XIII - 12 (doze) representantes de en-

tidades da sociedade civil organizada, diretamente ligadas à defesa ou atendimento da pessoa portadora de deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 01 (um) ano, assim consubstanciadas:

a) 02 (dois) representantes da área auditiva.

b) 02 (dois) representantes da área visual.

c) 03 (três) representantes da área física.

d) 04 (quatro) representantes da área mental.

e) 01 (um) representante na área de condutas típicas.

Art. 9º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - Formular a política de promoção, defesa e atendimento da pessoa portadora de deficiência, observados os preceitos legais, divulgando anualmente seu plano de metas;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando ao Secretário competente as modificações à consecução da política formulada.

III - Estabelecer prioridade de atuação e definir a aplicação de recursos públicos estaduais destinados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência.

IV - Avocar, quando necessário o controle das ações da execução da política estadual de atendimento a pessoa portadora de deficiência.

V - Propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais diretamente ligados à promoção proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

VI - Deliberar sobre prioridades na implantação e implementação de programas de prevenção de deficiência bem como, sobre a criação de Entidades Governamentais ou a realização de atendimento.

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas portadoras de deficiência.

VIII - Homologar a concessão de auxílios e subvenções estaduais e entidades particulares e filantrópicas sem fins lucrativos atuantes no atendimento de pessoas portadoras de deficiência.

IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos relacionados com a pessoa portadora de deficiência.

X - Incentivar, apoiar e promover eventos, estudos, debates e pesquisas sobre a questão das deficiências, voltados tanto a estrutura governamental como em geral.

XI - Promover intercâmbio com entida-

des públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos.

XII - Aprovar de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades que prestam atendimento à pessoa portadora de deficiência e pretendem integrar o conselho.

XIII - Comunicar ao Ministério Público do Estado do Paraná, notícia de violação aos direitos de pessoa portadora de deficiência.

XIV - Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação.

XV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

XVI - Promover, coordenar, manter, desenvolver a ação de conscientização da sociedade, quanto aos fins e meios necessários ao exercício pleno da cidadania pela pessoa portadora de deficiência.

XVII - Estimular e desenvolver, por todos os meios necessários as iniciativas públicas ou privadas em matéria de:

- a) pré educação;
- b) adaptação e readaptação funcional;
- c) educação e reeducação profissional;
- d) adaptação e readaptação profissional;
- e) criação de empregos;
- f) segurança do trabalho, cuidados com a saúde e conservação do emprego do trabalhador portador de deficiência;
- g) saúde da pessoa portadora de deficiência.

XVIII - Reunir todos elementos de informação por meio de pesquisa e estatísticas sobre a matéria, inclusive do item anterior, notadamente no que se refere à oportunidade de emprego.

XIX - Participar da formulação da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência com vistas ao exercício pleno da cidadania e de planos ou projetos que contemplem o referido objetivo.

XX - Participar na fiscalização e controle da execução de planos e medidas administrativas que visem satisfazer os interesses das pessoas portadoras de deficiência.

XXI - Pronunciar-se por sua iniciativa ou sob consulta governamental sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da formação cultural técnica e desempenho profissional das pessoas portadoras de deficiência.

XXII - Participar, junto aos Poderes Públicos e em nível consultivo, da elaboração da legislação estadual que pertine a área da pessoa portadora de deficiência.

XXIII - Receber, de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares, todas as informações necessárias ao exercício de suas atividades.

XXIV - Manifestar-se dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação, e integração social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade expedindo inclusive, e quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade.

XXV - Avaliar, anualmente o fornecimento de ensino especial, no Estado do Paraná, preferencialmente na rede regular de ensino, objetivando a sua plena adequação.

Art. 10 - As organizações da sociedade civil, interessadas em integrar o Conselho convocadas pelo titular da Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família, mediante edital publicado na imprensa, habilitar-se-ão, entre os dias 1º e 15 de dezembro de 1995, em primeira convocação. Para as eleições subsequentes a cada dois anos, perante a referida Secretaria, na primeira eleição e, nas demais, perante a Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações e representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição em assembleias realizadas entre as próprias entidades.

§ 2º - A Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência, encaminhará ao Governador, até 10 (dez) dias úteis após a eleição a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos Conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena do crime de responsabilidade.

§ 3º - Os Conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo a pedido ou por motivo de força maior, ou, ainda, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho. Esses conselheiros poderão ser reconduzidos observado o mesmo processo previsto neste artigo, não podendo o mandato exceder a 4 (quatro) anos consecutivos.

Art. 11 - Os Conselheiros e Suplentes representantes dos órgãos públicos esta-

duais, cuja participação no Conselho não poderá exceder a 4 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo, que o substituirá no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 12 - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral serão eleitos em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) pelos próprios integrantes do Conselho com votos da maioria absoluta.

Art. 13 - A Assessoria Especial Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em conjunto com a Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do colegiado.

Art. 14 - O desempenho da função de membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 15 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbido à Secretaria de Estado responsável pela execução da política Estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência, adotar as providências para tanto.

Art. 16 - Os recursos financeiros destinados a área de assistência social para atendimento, promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência comporão o Fundo Estadual de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência, administrado pelo Conselho e tendo entre suas fontes os recursos provenientes de:

I - Dotação consignada no orçamento do Estado para a assistência social voltada a pessoa portadora de deficiência.

II - Recursos do orçamento da união e da seguridade social destinados à pessoa portadora de deficiência não vinculados a projetos consolidados.

III - Recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social.

IV - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados.

V - Taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados, no âmbito de atuação das entidades governamentais, das áreas correlatas, bem como provenientes de multas ou penas pecuniárias aplicadas em

decisões judiciais.

VI - Alterações patrimoniais e rendimentos de capital.

VII - Rendas diversas, inclusive comerciais e industriais.

Art. 17 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, no prazo de 15 (quinze) dias após as nomeações de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral.

Art. 18 - O Conselho poderá ser coadjuvado por um grupo permanente de funcionários administrativos, técnicos e especialistas, encarregados de estudar todas as questões que lhe sejam submetidas exercer a secretaria do conselho e dar publicidade às suas atividades.

Parágrafo Único - Não serão criados cargos nem empregos para os fins deste artigo.

Art. 19 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu regimento interno.

#### CAPÍTULO IV Do Incentivo Fiscal

Art. 20 - Toda pessoa física ou jurídica poderá deduzir dos seus tributários com o Estado, até o limite de 5% (cinco por cento) deste, os valores que comprovadamente tiverem gasto, através do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em contribuição feita a entidades ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - Somente poderão receber os benefícios da presente Lei as entidades reconhecidas de utilidade pública municipal ou estadual que estejam em dia com suas obrigações fiscais.

#### CAPÍTULO V Da Criação de Empregos Reservados

Art. 21 - Fica assegurado que do quadro geral de servidores ou empregados da administração direta ou indireta do Governo do Estado do Paraná façam parte pessoas portadoras de deficiência, com os direitos e deveres consignados em Lei, com vista à concretização do direito ao trabalho dessas pessoas.

Art. 22 - Até noventa dias a regulamentação da presente Lei, os órgãos da administração pública estadual apresentarão ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência números de vagas reservadas nos respectivos quadros e relacionarão as medidas previstas para as-



segurar as pessoas portadoras de deficiência o acesso ao trabalho.

Parágrafo Único - Atualmente os órgãos da administração pública estadual remeterão ao Conselho o assento ou ficha funcional, por pessoa portadora de deficiência onde constarão obrigatoriamente:

- a) data da admissão, cargo ou função que desempenha;
- b) remuneração e tempo de serviço.

Art. 23 - As informações referidas no artigo anterior deverão compor banco de dados no Conselho, com a finalidade de nortear a política estadual de inserção da mão-de-obra da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.

Art. 24 - Quando de concurso público para preenchimento de cargo na administração pública estadual, o edital respectivo deverá, obrigatoriamente, prever o percentual de 5% (cinco por cento) dos cargos para pessoa portadora de deficiência.

Art. 25 - Se a entidade da administração pública estadual se recusar a contratar o candidato sob alegação de que é portador de deficiência que impossibilite o exercício das funções básicas do cargo ou emprego, será, no prazo de 10 (dez) dias constituída Junta Médica nos termos do Art. 31 e seus parágrafos, para examiná-lo e emitir parecer conclusivo.

Parágrafo Único - Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Secretário da pasta a quem estiver vinculada a entidade, que decidirá, ouvido Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### CAPÍTULO VI

Do Exame Médico para Admissão no Serviço Público de Pessoa Portadora de Deficiência aprovada em Concurso

Art. 26 - Por ocasião dos exames médicos pré-admissionais em pessoas com deficiência, nomeados em virtude de aprovação em concurso público de qualquer natureza, será observado, como princípio a necessidade de integração do candidato no serviço público, sempre que a deficiência que seja portador não impossibilite, na época do exame, o exercício das funções básicas do cargo.

Art. 27 - Na hipótese da pessoa portadora de deficiência ser considerada inapta, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício no prazo de 30 (trinta) dias, Junta Médica para os exames a que se refere o artigo anterior, comuni-

cando o fato ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

§ 1º - Da Junta Médica farão parte, no mínimo 01 (um) médico clínico, 02 (dois) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato 01 (um) médico com conhecimento de habilitação e reabilitação da mesma deficiência.

§ 2º - É facultado ao candidato indicar 01 (um) médico, a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 28 - O Poder Executivo, regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 29 - A presente Lei entrará em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.11.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que altera o art. 12 e o parágrafo único da Lei nº 10.068, de 28/08/92, conforme especifica. Com PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..

#### EMENDA ADITIVA Nº 01 DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 061/95

Inclua-se, no art. 1º do Projeto de Lei o seguinte parágrafo:

"§ - Os benefícios previstos serão estendidos aos funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura."

Sala das Sessões, em 06.11.95.

(aa) CESAR SELEME  
ANTONIO ANNIBELLI  
JOSÉ TAVARES  
ÉLIO RUSCH

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 061/95

P A R E C E R:

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, com emenda aditiva do Deputado Cesar Seleme, é no meu parecer injurídica, e portanto o meu voto é contrário a alteração da emenda.

Sala das Comissões, em 21.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. CESAR SELEME (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados funcionários do IAPAR, convidados, Senhoras e Senhores.

Não poderia deixar de me manifestar, nobres funcionários do IAPAR, na 2ª Vota-

ção deste Projeto, de autoria do nosso companheiro, Deputado Belinati. E gostaria, sei que a tarde está cansativa para os Senhores, mas faremos breves colocações sobre o IAPAR, no Estado do Paraná, e sobre a Emenda que o Deputado Seleme fez, para que saibam a finalidade dessa minha propositura.

Quero também dizer aos funcionários do IAPAR que votei em 1.<sup>a</sup> Discussão com V.Exas. em voto nominal requerido, e votarei também em 2.<sup>a</sup> Discussão.

Por que o apoio ao Projeto, do Deputado Seleme? O objetivo do IAPAR, Instituto Agrônomo do Paraná, é de gerar tecnologia agropecuária, adaptada às condições dos agricultores e às exigências de consumidores e das agro-indústrias, de forma a promover o desenvolvimento sócio-econômico e o bem-estar da população paranaense, servindo como referência técnico-científica a nível nacional e internacional.

O IAPAR, hoje, Senhores Deputados, já com sua missão cumprida, gera conhecimento para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da agro-indústria.

Nos 23 anos de pesquisa, Senhores funcionários do IAPAR, visando cada dia aperfeiçoar a agricultura, o IAPAR conta com 1150 funcionários, sendo 95 de nível superior e 945 operacional. Em seus 23 anos, o IAPAR colocou à disposição da agricultura paranaense, um significativo conjunto de informações científicas e inovações tecnológicas. A agricultura, na sua forma mais ampla, merece atenção no aspecto de reconhecimento de todos nós, direta ou indiretamente envolvidos, na busca da satisfação das necessidades mais prementes do homem paranaense.

Srs. Deputados, a agricultura produz a matéria prima que a indústria consome, razão pela qual, uma grande indústria precisa ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência, e ao que o IAPAR faz até hoje.

Já se foi o tempo, Srs. Deputados, em que o empirismo reinava, na época em que vivemos o planejamento, a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de trabalho e hoje a serviço da agricultura está a ciência e o homem de estudos. São em laboratórios de pesquisa, que se encontram a maior parte das soluções para os problemas agrícolas.

A valorização, Srs. Deputados, pela pesquisa é merecedora de mérito, mas não podemos esquecer que esse mérito, no meu entender deve ser extensivo a todos, independente de função ou órgão ligado a agricultura. E os Senhores sabem, os funcionários do IAPAR. O IAPAR surgiu da pressão da própria Secretaria de Estado da Agricultura, pela necessidade de, cada vez

mais, aperfeiçoar a agricultura.

Srs. Deputados, onde fiscalizam e trabalham com agrotóxicos os funcionários da Secretaria da Agricultura, não tendo uma política salarial condizente e V.Exas. sabem, em órgãos de criação de diversos como a EMATER, IAPAR, CODAPAR cujos órgãos seus funcionários têm regime CLT, sendo que os estatutários ficarão com distorções salariais. E é bom que se ressalte o empenho do companheiro de vocês, o Jailson, juntamente com o Deputado Belinati, ontem o Deputado Alborghetti já se posicionou sobre esse projeto. É um projeto de mais alta relevância social.

Srs. Deputados o nobre companheiro Belinati, ao elaborar um projeto de lei regularizando a situação de todos os funcionários do IAPAR em relação a extensão dos benefícios previstos até então para apenas 205 funcionários, tem um mérito incalculável. O Deputado Belinati foi de uma conduta como sempre parlamentar e ética pessoal elogiável, preocupado com o funcionalismo público como Deputado e prefeito de Londrina.

Mas gostaria de esclarecer a Vossas Excelências, que esse projeto, nas comissões, antes de vir ao plenário teve dois pareceres contrários, da C.C.J. e da Comissão de Finanças. É bom que se esclareça, Srs. funcionários, porque esse projeto será encaminhado ao Sr. Governador para sanção ou veto e o parecer a C.C.J., é bom que se diga está no bojo do processo, não vou cansar V.Exas., mas no final opina solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 61/95, bem como faz também a Comissão de Finanças em seu parecer, não vou cansar V.Exas., mas consta do projeto também que solicita o arquivamento do projeto.

Na época da propositura da minha emenda, visava apenas o visto estender esse benefício da IAPAR aos funcionários da Secretaria da Agricultura, mas nada pessoal a prejudicar qualquer funcionário que seja. O meu objetivo maior era realmente que se fizesse justiça a todo o funcionalismo do Estado do Paraná, o que não está se fazendo até o momento.

É de conhecimento de V.Exas., existe uma reforma administrativa do Estado que está para vir a plenário, no meu entendimento já está demorando, V.Exas. estariam contemplados nessa reforma administrativa do Estado, mas até então não chegou e o nobre Deputado Belinati se antecipou a reforma administrativa que o Governador pretende mandar à Assembléia Legislativa e apresentou esse projeto.

No meu entendimento, com todo respeito a V.Exas. eu tenho certeza que esse projeto vai ser encaminhado ao Governador do Estado do Paraná e não por má vontade do

Governador, para que não se faça corporativismo no Estado do Paraná, no meu entendimento, data venia, a posição dos demais Deputados deverá ser vetado.

V. Exas. jogamos franco e aberto, vão analisar o que nós estamos falando, tendo em vista os dois pareceres negativos das comissões e também temos o parecer negativo da minha emenda que a C.C.J. achou que era injurídica e acho até, que achou injurídica porque o projeto em si, é uma pena srs. funcionários, no meu entendimento também, como legislador e parlamentar também não vai prosperar devido a sua constitucionalidade e legalidade.

Srs. Deputados, a reforma administrativa, cujos projetos estão em estudos, visando abolir distorções.

Porém, esse Projeto - como já falei a V. Exa. - temo pela sua aprovação. Senhores Deputados, praticar política não se restringe a fazer necessidades fisiológicas, em detrimento do bem-estar coletivo, sempre haverão descontentes, mas acima de tudo não de prevalecer em personalidade com vista de um bem-estar e de uma coletividade.

Senhores Deputados, gostaria de deixar a minha posição muito clara aqui e o meu objetivo. Gostaria até que V.Exas. confirmassem mais uma vez votando no Projeto. E eu respeito a posição de cada um dos Senhores na minha emenda.

Fico com consciência muito tranqüila agora. Gostaria que todos os funcionários do IAPAR voltassem para as suas cidades sabendo o que realmente está acontecendo neste Projeto, para que não haja nenhum vilão na história. Nem Comissão de Constituição e Justiça e nem Comissão de Finanças, nem Deputado Seleme e nem os Deputados que votaram.

Respeito a posição dos Nobres Deputados, e essa responsabilidade fica nas mãos do Governador do Estado do Paraná, que apresse o quanto antes essa Reforma Administrativa.

Para concluir Senhores Deputados, Senhores Funcionários do IAPAR, um princípio latino que traduzido para a língua de Camões retrata e diz que a lei é dura mas deve ser observada apesar de grandes sacrifícios.

E para concluir vai um pensamento: "Da racionalidade decorre a liberdade, da liberdade, a sociabilidade com atributos da natureza humana, surge o direito cuja a razão de ser é garantir o convívio social, harmonioso, não permitindo que a liberdade de um" - do Deputado Seleme - "restringa a liberdade do outro" - de um funcionário - "ou degenera na exploração do homem pelo homem". Essa é a posição do Deputado César Seleme, votarei o Projeto, mantereí a Emenda, mas V.Exas. sabem, não vai preju-

dicar o Projeto de modo algum. E se o Governador Jaime Lerner vetar, V.Exas. podem estar certos que voltará a essa Casa, e sem demagogia gostaria de ver o posicionamento de todos os Deputados quando o Projeto voltasse.

Faço votos que o Governador se sensibilize e até sancione esse Projeto tão esperado por V.Exas. que eu sei há muito tempo devem estar esperando para se fazer justiça a todos os funcionários do IAPAR.

E se a minha Emenda for rejeitada pelo Governador, que até pode ser, digo para vocês, como colega de outros funcionários da Secretaria da Agricultura, apresentarei imediatamente um Projeto idêntico. Mas vamos esperar o Pronunciamento do Governador quanto a Reforma Administrativa que eu acredito que deverá vir até o final do ano.

Muito obrigado, Senhores Deputados, muito obrigado Senhores Funcionários. E o César Seleme se preocupa sim com o lado social, o lado humano, o lado funcional do funcionário.

Muito obrigado, uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Excelência, Vossa Excelência com seu olhar sempre generoso, olha ao Plenário como aqueles que querem defender, na verdade não a minha posição, mas a posição de um ilustre Deputado desta Casa, que hoje impossibilitado de vir aqui porque foi a São Paulo numa consulta médica. Mas seguramente o Deputado Antônio Belinati que é o autor deste Projeto extremamente importante para o Instituto Agrônomo do Paraná e também para os funcionários do IPARDES, que eu gostaria que V.Exas. votassem favoravelmente ao Projeto que está em Segunda Discussão aqui, e que rejeitassem a Emenda do Deputado Cesar Seleme.

V.Exa. ocupa a tribuna, faz uma argumentação tortuosa e claro ao Governador no momento de sancionar, ou não, ele tem que avaliar todos os pontos possíveis. Por isso eu queria Sr. Presidente, sem mais delongas, requerer votação nominal para esse Projeto, para que ficasse registrado aqui nesta Casa os que votam a favor do IAPAR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A proposta do Deputado Romanelli está prejudicada porque o processo já está em votação.

Srs. Deputados que aprovam o Projeto. É 2ª Discussão do Projeto nº 061/95.

Em votação. Aprovação do Projeto sem prejuízo da Emenda apresentada pelo Deputado Seleme.

Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda do Deputado Cesar Selme.

Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Rejeitada.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/95 de autoria do Deputado Elio Lino Rusch que altera o Art. 1º da Lei nº 9.299 de 18 de junho de 1990 que criou "Ad Referendum" do resultado do Plebiscito, o Município de Pato Branco. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/95 que convalida a participação do Banco do Estado do Paraná S.A., na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia mista BANESTADO LEASING S.A. - Arrecadação Mercantil, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/95 de autoria do Deputado Cesar Silvestri que cria o Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Cândói, e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 056/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que autoriza a realização de Plebiscito nos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, em Alto Piquiri, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Paulistânia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 056/95**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população dos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Nova Paulistânia, com território dos distritos acima mencionados, desmembrando-os do Município de Alto Piquiri.

**PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE NOVA PAULISTÂNIA:**

**NORTE:** - Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do

lote nº 296, da Gleba nº 7-A, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua Curitiba, pela Rua São Paulo, por 1.040,50 metros lineares.

**LESTE:** - Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote nº 296, da Gleba nº 7-A, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua São Paulo, pela Rua Brasília, até a divisa com o lote nº 50 da Gleba nº 12, por 356,05 metros lineares.

**SUL:** - Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote nº 50, da Gleba nº 12, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua Brasília, pela Rua Piquiri, por 1.040,50 metros lineares.

**OESTE:** - Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote nº 296, da Gleba nº 7-A, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua Piquiri, pela Rua Curitiba, até a Rua São Paulo, por 356,05 metros lineares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.10.95.

(a) ANIBAL KHURY

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56/95**

**P A R E C E R:**

A proposição em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito nos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, em Alto Piquiri, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Paulistânia.

Analizando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3.455 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, uma sessão especial destinada à instalação do Memorial da Reforma Agrária e Justiça Social no Campo, requerida pelo Partido dos Trabalhadores.

Marca ainda, para logo após ao término da sessão especial, uma sessão extraordinária, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 430, 423 e 436/95, e do Projeto de Resolução n.ºs 041 e 060/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 216/95.

Levanta-se a sessão.

## Atas das Comissões:

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e cinco reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Senhor Deputado Edson Silva Lino Vice-Presidente da Comissão de Saúde e contando com a presença dos seguintes Deputados: Orlando Pessuti, Samis da Silva e Florisvaldo Fier. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 332/95 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Samis da Silva APROVADO; 02) Projeto de Lei n.º 243/95 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Com Parecer do Deputado Rosinha FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n.º 294/95 de autoria do Deputado Nelson Justus. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Rosinha APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 305/95 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Com Parecer do Deputado Samis da Silva FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário de Comissão.

(aa) EDSON SILVA LINO - Vice-Presidente  
Osmar Prestes - Secretário

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 24.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e cinco reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes De-

putados: José Tavares, Luiz C. Romanelli, Nelson Justus, Toti Colaço, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Antonio Belinati, Geraldo Cartário e Emerson Nerone. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução n.º 41/95 dos Deputados Albanor Gomes, Duílio Genari e Ricardo Chab. Parecer CONTRÁRIO à Emenda do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 02) Projeto de Lei 396/95 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL com Emenda do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 03) Projeto de Resolução n.º 056/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 459/95 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 05) Projeto de Lei n.º 458/95 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 06) Projeto de Lei n.º 472/95 dos Deputados Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei n.º 020/95 do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Relator Nelson Justus sugere que seja fornecido xerox do Projeto a todos os Membros da Comissão de Justiça para que possam fazer uma análise da referida matéria antes de trazer à reunião - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei n.º 311/95 do Deputado Edgard Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 09) Projeto de Lei n.º 469/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei n.º 474/95 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgard Bueno - APROVADO; 11) Projeto de Lei n.º 481/95 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgard Bueno - APROVADO; 12) Projeto de Lei n.º 462/95 do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 13) Projeto de Lei n.º 402/95 do Deputado Marcos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 14) Projeto de Lei n.º 463/95 do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 15) Projeto de Lei n.º 449/95 dos Deputados Emerson Nerone, Dr. Rosinha, Péricles de Mello, Ângelo Vanhoni e Luiz C. Romanelli. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Geraldo Cartário; 16) Projeto de Lei n.º 137/95 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 17) Projeto de Lei n.º 061/95 do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO à Emenda do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO por 7x3 votos dos Deputados Eduardo Trevisan, Edgard Bueno e Walmor Trentini. Nada mais havendo

a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados Presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão, sob a presidência do Deputado Péricles de H. Mello e com as presenças dos Senhores Membros da Comissão. Havendo número legal, deu por aberta a presente reunião com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 353/95, de autoria do Deputado Péricles de H. Mello. Relator: Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 382/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator: Péricles de H. Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 384//95, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos, da qual para constar, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE H. MELLO  
Presidente  
Richard R. Sotto Maior  
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BINGOS  
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e cinco, às 10:30 horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, sob a Presidência do Deputado Caíto Quintana e contando com a presença dos Srs. Deputados José Tavares, Emerson Nerone e Jocelito Canto. O Sr. Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao depoente, Senhor Percy Russ Tiemann, que procedesse à leitura do compromisso oral. A seguir, explanou sobre as razões da instauração da CPI, referindo-se, ainda, aos fins a que pretende alcançar, que

é a avaliação dos efeitos da chamada "Lei Zico" no Estado do Paraná. Após o citado relato, concedeu a palavra ao Sr. Percy para que explanasse sobre a situação da casa de bingos de sua propriedade, o Cataratas Bingo Eletrônico, de Foz do Iguaçu, autorizada do Clube Desportivo Amaral. Após ampla explanação sobre a situação da mencionada empresa, em particular, e sobre a exploração de bingos, de um modo geral, passou a responder aos questionamentos que lhes foram formulados pelos senhores membros da Comissão, tudo conforme consta, na íntegra, das anexas notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar e a ser inquirido, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA  
Presidente  
Elói Mezzadri  
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BINGOS  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e cinco, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, sob a Presidência do Deputado Caíto Quintana e contando com a presença dos Srs. Deputados José Tavares, Reny Borsatto, Luiz Claudio Romaneli e José Maria Ferreira, como convidado. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, destinados à audiência com representantes da Empresa ACM Promoções Esportivas, que explora os bingos Central e Bristol Golden Bingo, contratados do Clube Atlético Paranaense. O Senhor Presidente solicitou aos depoentes que procedessem à leitura do compromisso oral, passando, a seguir a palavra ao Senhor Ademir Francisco Foletto Moro para relatar sobre a situação das mencionadas casas de bingos, após o que vários questionamentos foram feitos pelos parlamentares presentes aos depoentes, Sr. Ademir e Conrad Zaidowicz, sócio cotista e contador da empresa, respectivamente, os quais foram respondidos e anotados, conforme constam, na íntegra, das anexas notas taquigráficas. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar, eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.



(aa) CAÍTO QUINTANA  
Presidente  
Elói Mezzadri  
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BINGOS

ATA DA 14.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e cinco, às 10:50 horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, para audiência com o Senhor Nilton Cesar Servo, responsável pela Empresa Servo e Martins Ltda, que explora o Center Bingo de Maringá, cuja autorização é do Grêmio Esportivo Paranaense. O Sr. Presidente deu por abertos os trabalhos, procedendo a breve explanação sobre os trabalhos e das razões da CPI, passando a palavra ao depoente para que relatasse sobre a situação de sua casa de bingo. Após a leitura do Compromisso oral, o Senhor Nilton Servo explanou sobre o solicitado, passando a responder às questões que lhe foram formuladas pelos senhores membros da Comissão, tudo conforme consta, na íntegra, das notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA  
Presidente  
Elói Mezzadri  
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BINGOS

ATA DA 15.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e cinco, às 10:35 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do Deputado Caíto Quintana, e com a presença dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Reny Borsatto, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, para ouvir os Senhores José Dorigo Neto e Edmilson Lins, sócios proprietários do Balli's Palace Bingo, de Cascavel, cuja autorização é do Tuiuti Esporte Clube. Após a leitura do compromisso oral, o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição dos depoentes para que procedessem às colocações que julgassem pertinentes a respeito da Casa de Bingo de sua responsabilidade. A explanação foi feita pelo Senhor Edmilson por ser o sócio gerente da empresa e que

por ela responde efetivamente. Após sua explanação, várias perguntas foram feitas pelos Srs. Membros da Comissão, cujas respostas encontram-se transcritas, integralmente, nas inclusas notas taquigráficas. Ao final, foram oferecidos inúmeros documentos pelo Senhor Edmilson à CPI e que se constituem de prestações de contas referentes ao mês de agosto de 1995 e que passam a integrar os autos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA  
Presidente  
Elói Mezzadri  
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BINGOS

ATA DA 16.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e cinco, às 17:10 horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, sob a Presidência do Deputado Caíto Quintana, para a tomada de depoimento do Senhor Mário Petrágia, Presidente do Clube Atlético Paranaense. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por abertos os trabalhos, solicitando ao depoente que lesse o compromisso oral, e, a seguir, discorresse sobre a atual situação do Atlético em relação à Empresa ACM, administradora das casas de bingos Bristol e Central Palace Bingo, que, segundo consta, oficialmente ainda são de responsabilidade do referido Clube. O Senhor Mário procedeu o amplo relato sobre o solicitado, passando, a seguir, às respostas das perguntas que lhe foram formuladas pelos Senhores membros da Comissão, tudo conforme consta, na íntegra, das inclusas notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA  
Presidente  
Elói Mezzadri  
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BINGOS

ATA DA 17.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro

de um mil novecentos e noventa e cinco, às 11:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, sob a Presidência do Deputado Caíto Quintana e contando com a presença dos Deputados Reny Borsatto, José Tavares e Luiz Claudio Romanelli, para a audiência com o Senhor Ocimar Batista Bolicenho, Presidente do Paraná Clube. O Senhor Presidente abriu os trabalhos solicitando ao Depoente que procedesse à leitura do compromisso oral, fazendo, a seguir breve relato sobre os trabalhos da CPI, passando a palavra ao Senhor Ocimar para que relatasse sobre a relação entre o Paraná Clube e o Bingo das Flores, de sua responsabilidade, se o referido bingo vem repassando ao Clube o percentual que lhe cabe, além de outros fatos que julgar re-

levantes. Após amplo relato sobre tais questões, solicitou-lhe, ainda, o Senhor Presidente que explanasse sobre a modalidade "Sport Bingo". O Senhor Ocimar pronunciou-se a respeito, passando a seguir a responder às perguntas que lhe foram feitas pelos Senhores Deputados presentes, tudo conforme consta, na íntegra, das anexas notas taquigráficas. Nada mais havendo a ser perguntado, o Senhor Presidente tece algumas considerações finais, encerrando a reunião, da qual, para constar eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Presidente

Elói Mezzadri

Secretário